

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DE FAMÍLIAS BRASILEIRAS RESIDENTES EM CAPITAIS E CIDADES PEQUENAS DO INTERIOR¹



Mauro Luís Vieira

Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

André Luis Ribeiro Lacerda

Universidade Federal do Mato Grosso - Brasil

Manoela Clausen Vieira

Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Maria Lucia Seidl-de-Moura

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil



Resumo

O contexto onde a família está inserida tem forte repercussão na sua forma e organização. Nesse sentido, a presente pesquisa (exploratória e comparativa) tem como objetivo investigar características sociodemográficas e aspectos psicossociais de famílias brasileiras residentes em capitais e no interior por meio do relato de mães. Participaram 606 mães de seis estados brasileiros, residentes em doze localidades, metade delas capitais e a outra metade cidades do interior com até 23.000 habitantes. Elas responderam a um questionário com questões fechadas e escalares em entrevistas individuais. Por meio de análises estatísticas realizadas constatou-se que as mães residentes nas capitais, em comparação com mães do interior, têm significativamente: mais idade, maior grau escolaridade e uma ampla maioria têm trabalho remunerado. Por outro lado, não foram identificadas grandes diferenças nos aspectos psicossociais das famílias residentes nas capitais em comparação com o interior. Portanto, conclui-se que o contexto em que a família vive tem influência no seu modo de vida e que esse pode estar relacionado, principalmente com as diferenças sociodemográficas.

Palavras-chave: Configuração familiar. Cultura. Desenvolvimento.

Introdução

O investimento parental, ou seja, o investimento de tempo e recursos dos pais em seus filhos varia de sociedade para sociedade. Tal variação influencia o ambiente físico e social do desenvolvimento da criança de maneira decisiva. Entre os aspectos que compõem o que chamamos de ambiente físico e social da criança, podemos destacar: a organização social familiar, a configuração familiar, nível educacional dos pais, costumes e cuidados em relação à noção de infância (que foi transmitida entre as gerações) e ambiente familiar em si mesmo, caracterizado pela qualidade de suas relações (BANDEIRA, 2009).

No final do século XX começam a ser mais frequentes as famílias monoparentais (compostas pela mãe ou pelo pai, que chefiam a família e os filhos) e as nucleares ou monoparentais modificadas (constituídas por pais/mães no segundo casamento, com filhos e filhas do primeiro casamento e que são ainda menos permanentes, mais flexíveis e mais igualitárias que as anteriores). Kaslow (2001) definiu a família nuclear, incluindo duas gerações e as famílias estendidas incluindo três ou quatro gerações.

Especificamente no caso da Argentina e do Brasil, Aizpurúa, Jablonski e Féres-Carneiro (2007) afirmam que os novos tipos de configurações familiares foram possivelmente influenciados pelas mudanças ocorridas no final do século XX e início do século XXI, como a aceitação do divórcio e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Essas mudanças trouxeram uma mentalidade mais independente das mulheres, com menos disposição a permanecer em casamentos não satisfatórios. Em decorrência disso, o papel paterno também sofreu alterações, surgindo um novo ideal de paternidade, ou seja, um pai participativo, afetivo, cooperativo, envolvido com a educação dos filhos e até dividindo as atividades domésticas (GOETZ; VIEIRA, 2009; PLECK; PLECK, 1997).

Além disso, ao longo do tempo, desde os primórdios da evolução até o momento presente, a família tem experimentado transformações, não apenas em sua estrutura, mas também em seu tamanho. Estas transformações podem ser entendidas como uma resposta à modernização (CASPER; BIANCHI, 2002; GOODE, 1970; HUBER, 1973; LOPREATO; YU, 1988; MOTT, 1982). Entre os vários indicadores de modernização, três deles, nível educacional das mulheres, maior participação das mulheres no mercado de trabalho e proporção de médicos na população explicam significativamente a variação no tamanho da família (LOPREATO; YU, 1988). Todas as três variáveis têm uma relação forte e direta com efeitos negativos sobre a fertilidade. Dados da literatura têm indicado que parece existir uma relação inversa entre tamanho da família e modernização (LOPREATO; YU, 1988; CASPER;

BIANCHI, 2002). Para os propósitos do presente estudo parte-se do pressuposto de que a modernização da sociedade está intimamente relacionada com a urbanização.

Com base no grau de urbanização das cidades, tem sido proposto que existem diferentes estratégias de socialização. Em sociedades urbanas pós-industriais com alto nível de escolaridade constata-se o predomínio das dimensões de autonomia e separação relacionadas ao desenvolvimento do *self* e que seriam características do modelo cultural de orientação independente ou autônomo (KELLER, 2007). Especificamente no caso das trajetórias de desenvolvimento, é comum encontrar o cuidado físico caracterizado por período curtos de amamentação (de um a três meses), pouco contato entre mãe e bebê e a ocorrência de cuidado profissional (*baby sitters*, creches, etc.) (KELLER, 2002).

No outro extremo temos sociedades rurais baseadas em economia de subsistência onde predominam as dimensões de heteronomia e interdependência no nível pessoal e que seriam características do modelo cultural de interdependência ou sociocêntrico (KELLER, 2007). Nesse contexto concebe-se o *self* como fundamentalmente conectado aos demais membros do grupo, com prioridade a metas grupais e focalização em papéis sociais, deveres e obrigações (KELLER, 2002). Estudos têm sido feitos com mães de grupos culturais diferentes buscando identificar os modelos predominantes, alguns deles no Brasil (SEIDL-DE-MOURA et al., 2008; VIEIRA et al., 2010).

O Brasil conta com uma população em torno de 190 milhões de habitantes e é composto por cinco regiões geográficas que variam significativamente em suas dimensões sociais, econômicas e culturais. O país tem uma alta concentração de renda e um baixo índice de mobilidade social comparado aos países desenvolvidos (COSTA-RIBEIRO; SCALON, 2001). Além disso, é importante salientar que existem diferenças significativas em termos de disponibilidade de recursos – empregos, oportunidades de escolarização – entre as grandes cidades, como por exemplo, as capitais e as pequenas cidades, situadas no interior. Nesse sentido, buscamos investigar a realidade das famílias conforme os contextos definidos, de cidades grandes - capitais de estado e cidades pequenas. Nas capitais, em virtude de maiores oportunidades, e também de maiores exigências de escolarização para a mulher que está no mercado de trabalho, esperamos encontrar mulheres mais preocupadas com investimentos em sua carreira profissional, pois existe mais mobilidade social.

Essa pesquisa faz parte de um projeto maior intitulado: O moderno e o ancestral: a contribuição da Psicologia Evolucionista para a compreensão dos padrões reprodutivos e de investimento parental humano, coordenado pela Profa. Dra. Maria Emília Yamamoto da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O referido projeto foi aprovado pelo CNPq por meio do edital *Institutos do Milênio* e que envolveu 17 pesquisadores de 10 instituições de diferentes regiões do país. Diversos subprojetos estavam relacionados ao tema principal. O subprojeto a que a presente pesquisa estava vinculado tinha como título Investimento e cuidados parentais: aspectos biológicos, ecológicos e culturais, e incluía pesquisadores de diferentes universidades e regiões do Brasil: UERJ (Rio de Janeiro – Maria Lúcia Seidl-de-Moura e Ângela Donato Oliva), UFSC (Santa Catarina – Mauro Luís Vieira), USP (São Paulo – Vera Silvia Raad Bussab), UFPA (Pará – Regina Célia Souza Brito), UFBA (Bahia – Eulina da Rocha Lordelo) e UFES (Espírito Santo – Suemi Tokumaru).

Com base no banco de dados coletados nesses estados (capital e interior) temos como objetivo analisar o ambiente familiar e algumas de suas características sociodemográficas. Temos a expectativa de que nas cidades maiores o número de filhos seja menor, bem como o número de horas que a mãe passa com o filho também seja reduzido em relação a mães de cidades menores, principalmente aquelas cidades com características mais rurais. Essa hipótese está fundamentada na explicação das transformações da família em função da modernização (KELLER, 2007). Nas grandes cidades, em função das distâncias, maior dispêndio de tempo com o trabalho como decorrência da maior inserção da mulher no mercado de trabalho e de maiores exigências em relação à escolaridade, nossa hipótese é que as mulheres tenham menos filhos e passem menos tempo com eles.

Outra hipótese que defendemos se assenta na idéia de que os grupos primários (aqueles nos quais as pessoas apresentam contatos mais próximos e são mais íntimos, como por exemplo, a família) têm mais força nas pequenas cidades do que nas grandes cidades. Em função disso, espera-se que nas cidades pequenas o sobrenome da criança seja preponderantemente paterno, uma influência forte de famílias tradicionais baseadas no modelo do pai como provedor, enquanto nas capitais esperamos encontrar uma maior presença de crianças com sobrenomes dos dois pais, o que representa simbolicamente uma das consequências da maior participação da mãe ou de seu desempenho em papéis antes exclusivamente masculinos, como a chefia de família, por exemplo.

Metodologia

Participaram do estudo 606 mulheres, sendo 307 residentes de cidades pequenas e 299 de capitais dos estados de Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina e São Paulo. Em cada estado foram entrevistadas em torno de 50 mães nas cidades do interior e

outras 50 na capital. As mães deveriam ter idade mínima de 18 anos e ter pelo menos um filho biológico de menos de seis anos. Se a mãe possuísse mais de um filho, era pedido que esta respondesse a algumas questões específicas focalizando o filho mais novo.

A faixa etária das crianças foi estabelecida com o intuito de abranger o momento em que o investimento parental é decisivo para a sobrevivência dos filhos. Já em relação às idades das mães, foi estabelecida a idade mínima na qual o indivíduo é considerado legalmente responsável por suas ações, devido à necessidade de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As características sociodemográficas da amostra, como escolaridade, renda, classe social, não tiveram requisitos de exclusão, pois essas são variáveis que nos possibilitam de certa maneira visualizar o ambiente familiar.

Foram considerados dois contextos, definidos como capitais e cidades pequenas, ou seja, que tivessem níveis contrastantes em termos de urbanização e estabelecidos características e critérios de inclusão para cada contexto. Capitais de estados foram escolhidas pelo seu papel relevante em termos de economia e papel político e pela aglomeração de pessoas, além das facilidades em termos de serviços, escolaridade e opções de trabalho. No caso das cidades pequenas do interior, foram selecionadas localidades, vilas ou povoados com populações de até 25.000 habitantes, que não fossem próximas de grandes centros urbanos. As participantes e suas respectivas famílias podiam ou não ter sua fonte de renda na agricultura ou na agropecuária. Segundo dados do IBGE, do Censo Demográfico de 2000, as capitais e cidades pequenas escolhidas têm respectivamente 98,4% e 60,1% da situação domiciliar sendo urbana e 1,6% e 39,9% da situação domiciliar considerada rural.

O instrumento principal foi um questionário com questões fechadas e escalares, contendo 23 páginas ao total, dividido em oito partes: Parte 1: Informações demográficas. Parte 2: Circunstâncias familiares durante a infância da mãe; irmãos e tamanho da família. Parte 3: Dados sobre sexualidade e sobre desenvolvimento de relacionamentos amorosos. Parte 4: Estilo de Relacionamento. Parte 5: História reprodutiva. Parte 6: Estruturação do cuidado e investimento. Parte 7: Qualidade da vida familiar atual. Parte 8: Apoio social

Foram utilizados para este trabalho dados da parte 1, como: local de residência; contexto; número de pessoas que moram na casa; composição familiar; escolaridade; renda familiar mensal; classe social. Da parte 2: se os pais da respondente se separaram durante a infância desta; condições materiais durante a infância; conflito entre a mãe ou cuidadora feminina e a respondente; a atitude do pai, padrasto, ou outro cuidador, em relação à respondente; atitude da mãe, madrasta, ou outra cuidadora, em relação à respondente;

quantidade de irmãos da respondente. Da parte 7: qualidade da vida familiar da respondente; qualidade do relacionamento da respondente com o seu marido/companheiro; existência de conflito entre a respondente e o seu marido/companheiro e de quem são os sobrenomes da criança. Em relação ao investimento e cuidado, parte 6, foi utilizada a questão sobre o número de horas que esta passa com o filho.

A aplicação deu-se na forma de entrevistas, ficando uma cópia do instrumento com a mãe, caso ela desejasse acompanhar. O tempo de aplicação do instrumento foi em média de uma hora e trinta minutos. Quando alguma mãe demonstrava dificuldades em responder às questões escalares (de tipo *Likert* de cinco pontos), era utilizada uma régua com gradação de cores, da mais fraca até a mais forte, para auxiliar nas respostas. Em geral, as participantes não demonstraram dificuldades em responder às perguntas.

Foi realizado um estudo piloto em cada estado com o intuito de se analisar a adequação dos procedimentos e instrumentos, possibilitando que cada estado adaptasse as expressões conforme a cultura local. Também foi elaborado pelo grupo de pesquisa um manual contendo informações sobre a preparação do material, condutas durante o encontro com as mães e instruções para a aplicação dos instrumentos, para garantir a homogeneização dos procedimentos de coleta.

Em cada contexto a seleção das mães participantes ocorreu de forma diferente. Nas capitais, em geral, as mães foram contatadas através de creches públicas e privadas, postos de saúde e indicações das próprias mães participantes. As mães foram primeiramente contatadas pelo telefone e assim foi marcada a entrevista, em local de preferência da mãe. O domicílio da mãe, universidades e creches foram os locais de escolha predominantes. Nas cidades do interior, muitas mães foram contatadas em unidades de saúde ou através de lideranças da comunidade, além das creches. Nesse caso, muitas entrevistas ocorreram no próprio posto de saúde, enquanto as mães aguardavam suas consultas, ou na casa da respondente. No primeiro contato com a mãe o pesquisador solicitava a participação da informante, explicando os objetivos e métodos da pesquisa. Havendo concordância na participação, era solicitada a assinatura do Termo de Consentimento. Uma cópia ficava com a mãe e a outra era colocada num envelope e selada na frente da respondente.

Antes de ser iniciado, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob nº do protocolo 021.3.2006.

Os resultados foram subdivididos de acordo com o contexto em que as respondentes viviam (capital ou cidade pequena) e foram tratados por meio de análise estatística descritiva, como porcentagem, média e desvio padrão. Para uma melhor visualização foram elaboradas tabelas com os resultados e suas análises. As variáveis foram selecionadas a fim de se caracterizar sociodemograficamente as famílias, como também as relações familiares, com o intuito de se comparar os dois contextos e averiguar possíveis diferenças entre estes. Assim foram realizados testes estatísticos como o teste t , para variáveis métricas, e o Qui-quadrado para variáveis não métricas, verificando-se diferenças significativas e associações significativas, respectivamente.

Resultados

Caracterização sociodemográfica das famílias

Nessa primeira parte são analisados dados referentes à idade das respondentes, número de pessoas que moravam na casa, número de cômodos na casa, a densidade habitacional (número de pessoas por cômodo), renda familiar mensal, classe social, se a mãe tinha trabalho remunerado, os tipos de configurações familiares, o grau de escolaridade da mãe, estado civil da respondente, o número de filhos que esta possuía e local onde as mães foram criadas.

Por meio do Teste-T verificou-se a diferença significativa entre a idade das respondentes [$t(596) = 4,56; p < 0,01$], indicando que as mães das capitais têm mais idade que as mães residentes nas cidades pequenas. Em média, as mães residentes nas capitais têm cerca de dois anos a mais em comparação com mães do interior (30 e 28 anos, respectivamente). Assim estes dados podem conduzir a conclusão de que nas cidades pequenas tende-se a ter filhos um pouco mais cedo.

O número de pessoas que vive na casa é muito semelhante em ambos os contextos, não apresentando diferença significativa. Nas capitais, 64,3% das famílias têm três ou quatro integrantes, enquanto nas cidades pequenas essa porcentagem é muito semelhante 65,8%. Poucas são as famílias com grandes números de componentes, por exemplo, de 6 a 10. São apenas 16,4 % no contexto das capitais e 19% no interior. Já em relação ao número de cômodos nas casas, os resultados apresentaram diferença significativa [$t(593) = 3,07; p < 0,01$], tendo maior número de cômodos as casas da capital. Também observou-se uma diferença significativa em relação à densidade habitacional, proporção de pessoas por número de cômodos na casa, [$t(604) = 2,1; p < 0,05$], sendo esta menor nas capitais.

Verificou-se através do teste Qui-quadrado uma associação significativa entre o contexto e as faixas de renda familiar mensal ($\chi^2_6 = 127,61; p < 0,01$), indicando que nas capitais o poder aquisitivo é mais elevado. Nesse caso, mais da metade (em torno de 57,2%) das famílias das capitais têm renda mensal de R\$ 1.601,00 e acima de R\$ 4.000,00.

Nas cidades pequenas predominam as classes C (51,6%) e D (32,7%) sendo ambas mais de 84,3% da amostra, não apresentando famílias na classe A1. Já nas capitais vemos uma melhor distribuição entre as classes, mais ainda sendo a C com maior porcentagem de famílias pertencentes (35,2%), apresentando assim uma associação significativa entre contexto e classe social ($\chi^2_5 = 135,19; p < 0,001$). No entanto tem-se 56,3% das famílias urbanas na classe A ou B e somente 8,4% na D. Em relação ao trabalho remunerado, 63,4% das mães residentes nas capitais e 45,9% das mães residentes nas cidades pequenas, são empregadas, tendo também associação significativa em relação ao contexto ($\chi^2_1 = 18,667; p < 0,001$).

Não foi observada uma relação entre tipos de configurações familiares e o contexto. O tipo de configuração mais presente foi o da família nuclear, 58,5% nas capitais e 68,3% nas cidades pequenas. Os outros tiveram uma porcentagem baixa, família nuclear estendida 17,1% e 15%, família monoparental 9,7% e 6,2%, família monoparental estendida 14,7% e 10,5%, nas capitais e cidades pequenas respectivamente.

Com relação ao grau de escolaridade, constata-se que há uma associação significativa entre os dois contextos e o grau de escolaridade das mães. As respondentes diferiam significativamente entre os quatro níveis educacionais considerados ($\chi^2_3 = 72,28; p < 0,001$). Nas cidades pequenas a maioria das mães tem o ensino médio completo ou superior incompleto (37,5%), até o ensino fundamental incompleto (31,3 %). Poucas são as mães com ensino superior ou pós-graduação (9,4 %). Já nas capitais não vemos uma predominância, sendo as porcentagens mais altas de ensino superior ou pós-graduação (36,5%), tendo um número baixo de mães com o ensino fundamental incompleto (14,4 %), apresentando 71,3% das mães com ensino médio ou superior completos. O que nas cidades pequenas são apenas 46,9% das respondentes, mostrando um baixo nível de instrução entre estas.

Em ambos os contextos, a maioria (em torno de 80%) das mães é casada. Há raríssimos casos de viúvas, e solteiras nas cidades e no interior. Em relação aos números de filhos, não foi observada uma diferença significativa entre mães das capitais e de cidades pequenas. Além disso, constatou-se uma associação significativa entre o local de criação e o de residência ($\chi^2_1 = 161,55; p < 0,001$). Cerca de 70% das mães das capitais cresceram em

zona urbana, enquanto 83,5% das mães foram criadas em ambientes não urbanos, indicando, nesse caso, que tendem a residir quando adultas em ambientes semelhantes ao local onde foram criadas.

Resumindo, constata-se que, nas capitais, em comparação com o interior, houve algumas diferenças no perfil sociodemográfico das participantes. As mães tinham significativamente mais idade, grau de escolaridade mais elevado e a maioria tinha um trabalho remunerado. As mães das capitais em geral foram criadas em cidades grandes, assim como as mães de cidades pequenas foram criadas num mesmo contexto, apresentando esses dois aspectos uma associação significativa. As famílias das capitais apresentaram significativamente poder aquisitivo mais alto, maior número de cômodos nas casas e estão mais concentradas nas classes A e B. Já as famílias das pequenas cidades estão mais presentes nas classes C e D.

Por outro lado, também foram encontradas semelhanças entre os dois contextos. Não houve diferenças significativas no número de pessoas que moram na mesma casa e no número de filhos, assim como no tipo de configuração familiar, predominando em ambos a constituição nuclear. A maioria das mães era casada ou estava em união estável e em relação ao apoio social, em ambos os contextos as respondentes percebem-se como possuindo à sua disposição laços sociais e recursos de outras pessoas de sua rede em caso de necessidade.

Para uma melhor visualização da comparação das famílias nos dois contextos, capitais e cidades pequenas, em relação às variáveis sociodemográficas, *vide* a Tabela 1.

TABELA 1 - Comparação das famílias nos dois contextos, capitais e cidades pequenas, em relação às variáveis sociodemográficas.

Variáveis Sociodemográficas	Capitais	Cidades pequenas
	Média (Desvio padrão)	Média (Desvio padrão)
Idade das mães (anos)	30,53 (±6,59)	28,19 (±6,03) **
Número de pessoas que moram na casa	4,22 (±1,58)	4,36 (±1,53)
Número de cômodos na casa	7,06 (±2,93)	6,36 (±2,63) **
Densidade habitacional (nº de pessoas por cômodo)	0,75 (±0,64)	0,87(0,71) *
Número de filhos	1,70 (±0,99)	1,85 (±1,00)
	Porcentagem	Porcentagem
Renda familiar mensal:		
Até R\$ 500,00	13,6%	31,1%***
De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00	16,0%	30,1%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	21,8%	25,8%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	10,9%	8,0%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	10,2%	2,0%
Acima de R\$ 4.000,00	27,6%	1,3%
Sem renda	0%	1,7%
Classe social:		
A e B	56,3%	15,7%**
C e D	43,6%	84,3%
Mães com trabalho remunerado	63,4%	45,9%**
Configurações familiares:		
Nuclear	58,5%	68,3%
Nuclear estendida	17,1%	15%,
Mononuclear	9,7%	6,2%,
Mononuclear estendida	14,7%	10,5%,
Escolaridade da mãe:		
Até ensino fundamental incompleto	14,4%	31,3%***
Ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto	14,4%	21,8%
Ensino médio completo ou superior incompleto	34,8%	37,5%
Ensino superior ou pós-graduação	36,5%	9,4%
Mães casadas ou com união estável	75,8%	84,4%

Diferença significativa (teste *t*): * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

Associação significativa (teste *Qui-quadrado*): *** $p < 0,001$

As médias e desvios padrões foram obtidos com a pontuação dos resultados das escalas *Likert* de cinco pontos.

Fonte: dados dos pesquisadores.

Outras características das famílias

Foram analisados dados referentes às condições materiais durante a infância da respondente; relação em termos de conflito entre a mãe ou cuidadora feminina e a respondente; a atitude do pai, padrasto, ou outro cuidador, em relação à respondente; atitude

da mãe, madrasta, ou outra cuidadora, em relação à respondente; quantidade de irmãos da respondente. Também foram alvos de análises: a quantidade de filhos que a respondente ainda planeja ter; o número de horas que esta passa com o filho; qualidade da vida familiar da respondente; qualidade do relacionamento da respondente com o seu marido/companheiro; existência de conflito entre a respondente e o seu marido/companheiro e de quem são os sobrenomes da criança.

Constata-se que há diferença significativa entre as mães das capitais e as de cidades pequenas em relação às condições materiais durante a infância da respondente [$t(601) = 3,48$; $p < 0,01$], o que indica que as mães das capitais tiveram melhores condições. No total, 57,2% das mães de capitais tiveram boas condições materiais durante a infância, pois consideraram que viviam muito bem ou bem, assim como 44,8% das mães de cidades pequenas. No nível médio encontram-se 25,9% e 31,7% e no de mais necessidade 16,8% e 23,6%, nas capitais e em cidades pequenas respectivamente.

Em relação à existência de conflito entre a mãe ou cuidadora feminina e a respondente, vemos que em ambos os contextos elas se assemelham, não indicando uma diferença significativa. Nas capitais e nas cidades pequenas se indicam boas relações, sendo que 74,3% e 79,7%, respectivamente, apresentam ser nada ou pouco conflituoso. No nível médio temos 16,3% nas capitais e 10,8% no interior. Já em “conflituoso ou extremamente conflituoso” temos somente 9,5% para mães de capitais e 9,4% para mães de cidades pequenas.

A atitude do pai, padrasto, ou outro cuidador masculino em relação à respondente foi considerada afetuosa em ambos os contextos, não sendo observada diferença significativa entre eles. Em relação à atitude da mãe, madrasta, ou outra cuidadora, foi verificada uma diferença significativa entre os contextos [$t(598) = 2,18$; $p < 0,05$], indicando que em geral as mães das respondentes residentes nas capitais são consideradas por estas mais afetuosas. No entanto, 70,8% das respondentes de cidades pequenas consideraram afetuosa a atitude da mãe ou cuidadora, assim como também 73,9% das respondentes das capitais. É interessante observar que as respondentes apresentam uma diferença significativa [$t(602) = 5,11$; $p < 0,01$] quanto ao número de irmãos, em média 3,47 ($\pm 2,50$) nas capitais e 4,61 ($\pm 2,94$) nas cidades pequenas.

Observe-se que a maioria das mães não pretende mais ter filhos, 62,2% nas capitais e 72,6% nas cidades do interior, não tendo associação significativa entre os contextos. Algumas ainda planejam ter mais um filho 31,4% e 25,1%, e poucas pretendem ter mais dois 6,1% e

2,3% no contexto urbano e no rural respectivamente. Em média as mães do interior permanecem 10,84 ($\pm 6,02$) horas com o seu filho em um dia normal na semana e as mães das capitais, 9,22 ($\pm 6,04$), havendo diferença significativa entre os dois grupos [$t(592) = 3,29; p < 0,01$], o que indica que as mães residentes em cidades pequenas passam em média mais horas com seus filhos, em comparação as mães das capitais.

A qualidade da vida familiar da respondente (que foi avaliada por meio de uma questão do tipo *Likert* de cinco pontos) em geral é considerada “muito tranqüila” ou “tranqüila” (65,8% nas capitais e 68,7% nas cidades pequenas), não sendo observada diferença significativa entre os contextos. Poucas respondentes consideraram essa vida familiar como de qualidade “ruim”, “tumultuada” ou “muito tumultuada” (apenas 9,1% nas capitais e 10,1% nas cidades pequenas).

A maioria das respondentes considera o seu relacionamento com o seu marido/companheiro (que também foi avaliada por meio de uma questão do tipo *Likert* de 5 pontos) “nada conflituoso” ou “pouco conflituoso”, somando 66,6% nas capitais e 71,8% nas cidades do interior, e apenas 8% e 9,1%, respectivamente, o consideram “conflituoso” ou “extremamente conflituoso”. Não foi observada diferença significativa entre os contextos neste aspecto.

Também na qualidade do relacionamento da respondente com o seu marido/companheiro (avaliada por meio de uma questão do tipo *Likert* de cinco pontos), a existência de conflito entre a respondente e o seu marido/companheiro não apresentou diferença significativa entre os contextos. A maioria das mães das capitais (74,8%) reporta o relacionamento com seu marido/companheiro como “nada conflituoso” ou “pouco conflituoso”, assim como as mães de cidades pequenas (74,8%). Poucas avaliam esse relacionamento como “conflituoso” ou “extremamente conflituoso”: 7,2% nas capitais e 9,2% no interior.

Verifica-se que tanto nas capitais (89,3%) como nas cidades pequenas (79,2%) os sobrenomes da criança são de ambos os pais. No interior há uma predominância no sobrenome ser somente do pai (16,6%) em relação às capitais (3,7%). Havendo uma associação significativa entre “ser proveniente de capitais” do Brasil e ter recebido o sobrenome de ambos os pais e “receber o sobrenome do pai” e ser do contexto de cidades pequenas ($\chi^2_2 = 28,42, p < 0,001$). Já quando o sobrenome é somente da mãe, vê-se que não há diferenças entre os dois contextos, 6,7% nas grandes cidades e 4,2% nas pequenas cidades.

Considerando-se os aspectos analisados vemos que em ambos os contextos, capitais e cidades pequenas, as respondentes demonstraram ter poucos conflitos com a mãe ou cuidadora feminina e consideraram afetuosa a atitude do pai, padrasto, ou outro cuidador. Praticamente todas não vivenciaram divórcio ou separação dos pais, 73,6% das mães das capitais e 80,1% das cidades pequenas. Em relação à vida conjugal também indicaram ter um bom convívio com seus maridos e terem poucos conflitos com estes. A maioria das mães (cerca de 67%) não pretende mais ter filhos e consideram a qualidade da vida familiar muito tranqüila ou tranqüila.

Com relação às outras variáveis foram encontradas diferenças significativas. Mais mães residentes nas capitais do que nas cidades do interior consideraram afetuosa a atitude da mãe, madrasta, ou outra cuidadora. No entanto, mais mães de cidades pequenas consideram ter tido boas condições materiais durante a infância, sendo que estas têm maior número de irmãos. Em média o número de horas que as mães das capitais passam com os seus filhos é menor que os das mães do interior. Quanto aos sobrenomes das crianças, foi verificada uma associação significativa indicando que a escolha do sobrenome dos filhos pode ser explicada em função do contexto de criação das famílias, nas capitais há mais sobrenomes de ambos os pais e nas cidades pequenas há mais crianças com sobrenomes somente paternos.

Os resultados foram organizados na Tabela 2 com o intuito de ter uma melhor visualização da caracterização das relações familiares, comparando os dois contextos, capitais e cidades pequenas, através das variáveis relacionadas à respondente.

TABELA 2 - Comparação das famílias nos dois contextos, capitais e cidades pequenas, em relação à caracterização das relações familiares através dos dados das variáveis relacionadas à respondente.

Variáveis relacionadas à família da respondente	Capitais	Cidades pequenas
	Média (Desvio padrão)	Média (Desvio padrão) **
Condições materiais durante a infância	2,33 (±1,15)	2,75 (±1,18) **
Existência de conflito com a mãe ou cuidadora	1,88 (±1,11)	1,75 (±1,1)
A atitude do pai, padrasto ou outro cuidador	3,73 (±1,36)	3,5 (±1,37)
A atitude da mãe, madrasta ou outra cuidadora	4,12 (±1,16)	3,9 (±1,3) *
Número de irmãos	3,47 (±2,50)	4,61 (±2,94) **
Número de horas que esta passa com o filho	9,22 (±6,04)	10,84 (±6,02) **
Qualidade da vida familiar	2,16 (±1,05)	2,18 (±1,00)
Qualidade do relacionamento com o seu marido/companheiro	2,1 (±1,03)	1,97 (±1,08)
Existência de conflito com o marido/companheiro	1,99 (±0,96)	1,94 (±1,02)
	Porcentagem	Porcentagem
Não houve separação ou divórcio dos pais durante a infância	73,6%	80,1%
Não pretendem mais ter filhos	62,2%	72,6%
Sobrenomes da criança:		
De ambos os pais	89,3%	79,2% ***
Somente do pai	16,6%	3,7%
Somente da mãe	6,7%	4,2%

Diferença significativa (teste *t*): * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

Associação significativa (teste *qui-quadrado*): *** $p < 0,001$

As médias e desvios padrões foram obtidos com a pontuação dos resultados das escalas *Likert* de cinco pontos.

Fonte: dados dos pesquisadores.

Discussão e conclusão

O pressuposto assumido nesse estudo é de que existem diferenças significativas entre as grandes cidades, como por exemplo, as capitais dos estados e as pequenas cidades, situadas no interior, em termos de disponibilidade de recursos, diversidade profissional e, conseqüentemente, maiores oportunidades de mobilidade social, conforme salientado na introdução desse estudo. Nesse sentido buscou-se caracterizar famílias brasileiras nesses dois contextos, esperando encontrar configurações e relações familiares diferentes entre ambos. Nossas hipóteses iniciais foram parcialmente confirmadas, já que diferenças foram encontradas. No entanto, muitas semelhanças foram também observadas. Por exemplo, nas

idades pequenas e nas capitais estudadas, predominam famílias nucleares. Este resultado não era esperado, pois a hipótese era de maior presença de famílias extensas nas cidades interioranas devido à modernização da estrutura das famílias maior nas capitais.

Também não foram observadas diferenças significativas quanto ao número de pessoas que moram na casa e no número de filhos. A ampla maioria das mães era casada ou estava com união estável. Aqui também as expectativas não foram confirmadas. Pelo que sugere a literatura sobre impactos da modernização sobre estrutura da família, esperávamos encontrar diferenças significativas entre as pequenas e as grandes cidades quanto ao tamanho da família (CASPER; BIANCHI, 2002; GOODE, 1970; HUBER, 1973; LOPREATO; YU, 1988; MOTT, 1982). Provavelmente isso não ocorreu, pois foi abordado um conjunto de famílias em um momento específico e não houve um acompanhamento de um período histórico, década de 1980 para cá, por exemplo.

Por outro lado, constataram-se diferenças significativas entre as características sociodemográficas na estruturação familiar de acordo com o contexto onde está inserida a família. Nas capitais as mães têm significativamente mais idade, apresentam grau de escolaridade mais elevado e a maioria tem trabalho remunerado. Esses fatores estão interligados, uma vez que as famílias de cidades maiores apresentam significativamente maior poder aquisitivo e estão mais concentradas nas classes A e B, tendo então uma maior fonte de renda do que nas cidades pequenas. Para isso contribui o fato de que muitas mães das capitais também trabalham fora de casa. Assim, estas passam mais anos estudando, apresentando um maior grau de escolaridade e acabam por ter filhos mais tarde principalmente nas capitais. Este dado é consistente com nossa hipótese de que a maior participação das mulheres das capitais no mercado de trabalho implica maior investimento na escolarização, portanto, adiamento da maternidade (CASPER; BIANCHI, 2002) Isto implica também que as mães das capitais têm probabilidade de ter uma renda maior.

Em termos de socialização familiar, esses dados se aproximam de um modelo cultural de independência, conforme preconiza Keller (2007). Uma decorrência desse contexto (cidades grandes e com alto nível de escolaridade) seria a valorização acentuada das metas pessoais e práticas de estimulação, em comparação com cidades pequenas do interior de acordo com estudo realizado no Brasil (VIEIRA et al., 2010).

Outro aspecto é a pouca mobilidade encontrada entre as mães em relação ao contexto de criação delas e onde vivem. A grande maioria das mães das capitais foi criada em cidades grandes, assim como a maioria das mães de cidades pequenas foram criadas em um contexto

semelhante ao que vivem hoje em dia. Isso pode constituir uma influência no tipo de investimento parental, considerando-se a transmissão intergeracional (BANDEIRA, 2009). Considerando-se então que as respondentes em geral cresceram e viveram num mesmo contexto, essas têm mais forte as referências de uma cultura, a da capital ou a de cidades pequenas, exercendo grande influência no tipo de investimento parental.

Por outro lado, em ambos os contextos, as respondentes consideram ter uma boa relação no ambiente familiar em que vivem atualmente. Quanto à vida conjugal a maioria indicou ter um bom convívio com seus maridos e terem poucos conflitos com estes. Este dado é surpreendente. Esperávamos encontrar mais conflitos entre a mãe e seus filhos e as mães e seus maridos nas cidades grandes do que nas cidades do interior. Se pensarmos a teoria do desempenho de papéis sociais como investimentos, no sentido da teoria do investimento parental, quanto mais a mulher investe no papel de trabalhadora, menos tempo sobra para que ela invista em seus outros papéis sociais como os de mãe e esposa. O investimento na carreira profissional deve ser mais intenso nas grandes cidades em função das jornadas de trabalho e da maior complexidade e diversidade de carreiras profissionais. Logo, como na teoria do investimento parental, a expectativa é que haja mais conflitos entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora nas grandes cidades (KANAZAWA, 2001).

Pode-se pensar também que, talvez em função das mudanças históricas que ocorreram nas sociedades ocidentais nas últimas décadas, os papéis familiares sofreram alterações. Atualmente constata-se que o pai está cada vez mais participativo nas atividades familiares e de forma mais afetiva (GOETZ; VIEIRA, 2009; PLECK; PLECK, 1997).

No quesito qualidade de vida, descobrimos que praticamente todas as mães consideram a qualidade da vida familiar muito tranquila ou tranquila, ou seja, embora tenhamos encontrado diferenças socioeconômicas significativas, as respondentes consideram que vivem bem em ambos os contextos. Como o esperado, em média o número de horas que as mães de cidades pequenas passam com os seus filhos é maior que os das mães das capitais, possivelmente pelo fato de que mais mães das cidades grandes trabalhem fora de casa. Se as mães, nas capitais, passam menos tempo com seus filhos, isso implica menos investimentos diretos, o que pode resultar em aumento de conflitos com os filhos. Da mesma forma em relação aos maridos. Se a esposa trabalha mais, sobra menos tempo para seus filhos e maridos. Nas capitais, o maior investimento no status de trabalhadora significa menos tempo para os status de mãe e esposa e isso poderia representar um fator do aumento de conflito familiar. Essas hipóteses merecem ser mais exploradas em futuros estudos.

Um dado interessante apresentado foi a ausência de diferença entre os contextos quanto ao número médio de filhos, aproximadamente 1,78. A maioria das mães, tanto nas capitais como nas cidades pequenas, não pretendem mais ter filhos. Esses dados demonstram uma queda no número de filhos na nossa sociedade, talvez pela “falta de tempo” que se tem de dia, pelo alto custo de se ter um filho e pelas outras oportunidades concorrentes, como por exemplo, investimento na carreira profissional conforme mencionado anteriormente. Apesar disso, esperávamos encontrar diferenças entre as cidades do interior e as capitais. Conforme indicamos acima, presumimos que, nas capitais, a “falta de tempo” das mães seja maior e, portanto, a demanda por novos filhos seja menor (KANAZAWA, 2001; TURKE, 1989).

Considerando-se que nas sociedades humanas o parentesco biológico ainda é muito relevante, e é transmitido através dos sobrenomes, esperava-se que nas cidades pequenas os sobrenomes da criança fossem preponderantemente do lado paterno em função de uma cultura ligada à predominância de grupos primários nas pequenas cidades. Nossos resultados são consistentes com tal expectativa. Foi verificada uma associação significativa entre contexto e “de quem são os sobrenomes da criança”, indicando que, como o esperado, nas cidades pequenas há mais crianças com sobrenomes somente paternos, e que nas capitais há mais crianças com sobrenomes de ambos os pais, possivelmente pela maior autonomia apresentada pelas mães das cidades grandes e o reconhecimento das mulheres conquistado ao longo dos anos.

Um dado interessante foi que mais mães de cidades pequenas consideraram ter tido significativamente boas condições materiais durante a infância em comparação com mães residentes nas capitais. Além disso, as mães do interior têm maior número de irmãos do que as mães residentes nas capitais. Podemos então pensar que as mães das capitais têm um referencial mais alto do que seria uma boa condição material, como também pelo fato de que o estilo de vida nas capitais sofre mais influências e se modifica bastante ao longo dos anos em relação às cidades pequenas.

Em síntese, pode-se concluir famílias de diferentes contextos apresentam diferenças em seus modos de vida e que estas pode estar relacionadas, principalmente, com diferenças sociodemográficas. Nesse sentido, estudos dessa natureza permitem identificar semelhanças e diferenças em contextos distintos. No entanto, é necessário salientar as limitações envolvidas na presente pesquisa. Por exemplo, em função de ser um recorte de uma pesquisa mais ampla que incluiu a investigação de vários aspectos da família, tais como investimento parental, dados sociodemográficos, crenças e práticas sobre cuidados maternos, entre outros, não foram

elaboradas questões mais específicas sobre os tipos de constituição familiar. Em futuros estudos devem-se utilizar instrumentos mais específicos para avaliar esse tema. Por exemplo, questões que relacionem os possíveis conflitos envolvendo a queda no investimento dos papéis de mãe e esposa e suas implicações psicossociológicas; caracterização da maneira como as redes de parentesco operam nas grandes cidades e nas pequenas cidades, caracteristicamente mais rurais. Da mesma forma, as cidades pequenas apresentaram perfil muito variado e novos estudos deverão controlar mais a variável denominada tipos de contexto, utilizando uma maior variedade de tamanhos de cidades como cidades grandes, médias, pequenas, cidades predominantemente rurais, cidades predominantemente urbanas para que possamos visualizar mais claramente as diferenças e semelhanças entre estas cidades e, portanto, melhor caracterizar os diversos nichos de desenvolvimento da família brasileira.

SOCIODEMOGRAPHIC AND PSYCHOSOCIAL ASPECTS BRAZILIAN FAMILIES LIVING IN SMALL TOWNS AND CAPITAL

Abstract

The context where the family is inserted has strong repercussions in its form and organization. This study (exploratory and comparative) has aims at investigating both sociodemographic and psychosocial characteristics of Brazilian families living in state capitals and in the interior through mothers' reports. Participants of study were 606 mothers from six Brazilian states, residents in twelve cities, half of them capitals and the other half small towns with less than 23 000 inhabitants. They answered a questionnaire with closed questions and scales in individual interviews. Through the statistical analysis, it has been observed that mothers living in capital cities, comparing with ones who live in small towns, showed significantly that: mothers are older, have higher educational level and most have paid work. On the other hand, strong differences in relation to psychosocial aspect of the families from the two contexts were not identified. Therefore, it has been concluded that the context in which the family lives has influenced their way of life that may be related mainly with sociodemographic differences.

Keywords: Family setting. Culture. Development.

Referências

AIZPURÚA, R. I.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Familias brasileiras y argentinas: entre la tradición y la modernidad. *Revista Interamericana de Psicología*, v. 41, n. 2, p. 189-196, 2007.

BANDEIRA, T. T. A. *Crenças sobre o investimento parental*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BUSSAB, V.S.R. A família humana vista da perspectiva etológica: natureza ou cultura? *Interação Curitiba*, n. 4, p. 09-22, 2000.

CASPER, L.M.; BIANCHI, S.M. *Continuity & change in the American family*. London: Sage Publications, 2002.

COSTA-RIBEIRO, C. A. & M. C. SCALON. Mobilidade de Classes no Brasil em Perspectiva Comparada. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, n. 44, p. 53-96, 2001.

GEARY, D. C.; FLINN, M. V. Evolution of human parental behavior and the human family. *Parenting: Science and Practice*, v. 1, n. 1-2, p. 5-61, 2001.

GOETZ, E. R.; VIEIRA, M. L. *Pai real, pai ideal*. Curitiba: Juruá, 2009.

GOODE, W. *World revolution and family patterns*. New York: Free Press, 1970.

HORTON, P.B.; HUNT, C.L. *Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1980.

HUBER, J. (Ed.). *Changing women in a changing society*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

KASLOW, F. W. Families and family psychology at the millennium. *American Psychologist*, v. 56 n. 1, p. 37-46, 2001.

KANAZAWA, S. Why we love our children. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 6, p. 1761-1776, 2001.

KELLER, H. Development as the interface between biology and culture: A conceptualization of early ontogenetic experiences. In: KELLER, Y. H. POORTINGA, A.; SCHÖOLMERICH, A. *Between culture and biology: Perspectives on ontogenetic development*. Cambridge: Cambridge Press University, 2002, p. 215-235.

KELLER, H. *Cultures of infancy*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2007.

LOPREATO, J.; YU, M. Human fertility and fitness optimization. *Ethology and Sociobiology*, v. 9, p. 269-289, 1988.

MOTT, F.L. (Ed.). *The employment revolution: young American women in the 1970s*. Cambridge: /M.I.T. Press. 1982.

OLIVEIRA, D.; SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D.; LOPES, R. C. S. Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, v. 12, n. 1, p. 87-98, 2008.

PLECK, E. H.; PLECK, J. H. Fatherhood ideals in the United States: Historical dimensions. Em: M. E. LAMB (ed.), *The role of the father in child development*. 3 ed. New York: Wiley, 1997.

SEIDL-DE-MOURA, M. L. et. al. Brazilian mothers socialization goals: Intracultural differences in seven cities. *International Journal of Behavioral Development*, v. 32, n. 6, p.465-472, 2008.

TURKE, P.W. Evolution and the demand for children. *Population and Development Reviews*, v. 15, n. 1, p. 61-89, 1989.

VIEIRA, M. L. et.al. Mother's beliefs about childrearing practices in seven Brazilian cities. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 41, n. 2, p. 195-211, 2010.

VIEIRA, M. L. et.al. Autonomy and interdependence: beliefs of Brazilian mothers from state capitals and small towns. *Spanish Journal of Psychology*, n. 13, p. 816-824, 2010.

Data de recebimento: 28/05/2010

Data de aceite: 19/07/2011

Sobre os autores: *Mauro Luís Vieira*, docente do Departamento de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre (1991) e Doutor (1995) em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na Dalhousie University em Halifax (Canadá) em 1999. Contato: maurolvieira@gmail.com
André Luis Ribeiro Lacerda, cursou graduação em Ciências Sociais (1990), mestrado em Sociologia (1993) e doutorado em Sociologia (2000) pela Universidade de Brasília. Contato: ribeirolacerda66@gmail.com
Manoela Clausen Vieira, acadêmica do Curso de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de projeto de extensão (BrinquedoAção: Aprendendo e se Divertindo com Brinquedos). Contato: manoelaclausen@bol.com.br.
Maria Lucia Seidl-de-Moura, graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1968), mestrado em Educational Psychology - University of Wisconsin - Madison (1973), doutorado em Psicologia Cognitiva pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1987) e livre-docência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Fez pós-doutorado na Universidade de São Paulo, em psicologia evolucionista e atualmente faz estágio pós-doutoral na PUC / RJ em estudos de famílias. Contato: mlseidl@gmail.com

ⁱ O projeto foi parcialmente financiado pelo CNPq, que contou com a participação de Angela Oliva (UERJ), Eulina Lordelo (UFBA), Regina Brito (UFPA), Suemi Tokumaru (UFES) e Vera Bussab (USP) nas coordenações locais para coleta de dados.